



Declaração de Assunção 2025 - "Fortalecer a Paz"

Aprovada pelos Senhores Ministros e Ministras de Defesa ou equivalentes, chefes das delegações participantes da III Conferência da América Latina e do Caribe sobre Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (III ALCONU), celebrada na cidade de Assunção nos dias 8 e 9 de outubro de 2025.

Reconhecendo que o fortalecimento da paz é um processo contínuo que implica no compromisso das nações com os esforços globais das Nações Unidas, que tem demonstrado ser uma ferramenta chave na gestão de conflitos e na construção da paz. Esta Declaração destaca a relevância das Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos instrumentos mais efetivos para preservar a paz, a estabilidade e a segurança internacional.

Entendendo que "FORTALECER A PAZ" requer uma abordagem integral e multidisciplinar, a ONU desempenha um papel crucial não somente na prevenção de conflitos, mas também na resolução pacífica mediante a diplomacia, a mediação e as missões especiais. Para consolidar uma cultura de paz, é essencial promover a educação com bases nos princípios de respeito à dignidade e à liberdade humana, à resolução pacífica dos conflitos e à solidariedade entre as nações, a qual deve fomentar valores, atitudes e comportamentos que repelem a violência e promovam o diálogo, a cooperação e a convivência pacífica.

Reiterando que a Rede Latino-Americana e do Caribe para a Cooperação em Operações de Manutenção da Paz (RELACOPAZ), surgida da I Conferência da América Latina e do Caribe sobre Operações de Paz (ALCONU I) em 2022 e consolidada na ALCONU II de 2023, continua sendo um espaço de reflexão e colaboração regional em torno da paz. Seu objetivo é promover uma maior cooperação e coordenação entre os países da região para apoiar as missões de paz da ONU, fortalecer a capacidade operativa e facilitar o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas.

Tendo presente o declarado na matéria durante a XVI Conferência de Ministros de Defesa das Américas na Declaração de Mendoza de 16 de outubro de 2024, assim como os pontos propostos no marco da última Conferência Ministerial de Operações de Paz das Nações Unidas realizada em Berlim nos dias 13 e 14 de maio de 2025.

Reafirmando a necessidade de otimizar a participação da América Latina e do Caribe nas Operações de Paz da ONU, faz-se um chamado para aumentar a preparação em coordenação com a Associação Latino-americana de Centros de Operações de Paz (ALCOPAZ) para que os países da região possam contribuir de maneira mais efetiva nos esforços internacionais pela paz.

Afirmando que as Operações de Paz da ONU são fundamentais para o bem estar, os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos, ao assegurar o respeito à vida,

os M

1





à saúde, à segurança, à integração e ao desenvolvimento em todas a suas formas. É imperativo que os países membros continuem trabalhando em conjunto como um mecanismo atual, com funcionamento constante para encontrar soluções pacíficas aos conflitos existentes e emergentes.

Por isso, faz-se um chamado urgente à prevenção de conflitos e à implementação de medidas diplomáticas, políticas e de cooperação para evitar novos focos de violência.

Reafirmando o compromisso de promover a inclusão da mulher nas operações de paz, é fundamental garantir a implementação plena da Resolução 1325 (2000) e suas resoluções complementares do Conselho de Segurança da ONU sobre mulheres, paz e segurança. Nossa região tem estado acompanhando ativamente esta disposição; por este motivo é necessário continuar com progressiva atenção à participação feminina, para alcançar uma maior inclusão no âmbito de deslocamento dos representantes dos membros plenos da RELACOPAZ.

Considerando as ameaças globais emergentes, como o risco de proliferação de armas que ameaçam a paz mundial, é fundamental que a região da América Latina e o Caribe continue sendo uma referência de paz, mantendo o compromisso com os princípios de não proliferação e resolvendo os conflitos mediante meios pacíficos.

Atendendo à situação particular do Haiti, referente à continua degradação da segurança em seu território e o risco de uma crise humanitária desse Membro Pleno, que afeta negativamente toda a região, e em conhecimento da atuação do Conselho de Segurança da ONU visualizando a evolução de sua intervenção mediante uma missão de natureza renovada.

Pelo exposto, os Senhores Ministros e Ministras de Defesa ou equivalentes, chefe das delegações participantes da III ALCONU;

#### **DECLARAM:**

- 1. Que, os conflitos existentes e emergentes continuam sendo uma perturbação para a paz e a harmonia, impactando de maneira dramática aos setores mais vulneráveis, como são as crianças, mulheres, pessoas idosas e pessoas com necessidades especiais, e limitando o exercício de seus direitos e suas liberdades fundamentais; é essencial que os países trabalhem juntos para encontrar soluções pacíficas e fomentar a cooperação regional e o multilateralismo, e ainda, atender com especial ênfase a correta aplicação da proteção de civis.
- 2. Que, estão interessados em fortalecer mecanismos de diálogo e cooperação para integrar a região nos esforços de manutenção e consolidação da paz em apoio à ONU, e é urgente colaborar na prevenção de novos focos de violência através de medidas diplomáticas e políticas.

X T.

int e dip





- Que, é necessário fortalecer a RELACOPAZ, convidando a todos os países da região para unificar critérios e abordagens, que contribuirá aos esforços pela paz tanto na região como globalmente.
- 4. Que, é prioritário aumentar os esforços para identificar mecanismos de inovação e sustentáveis de financiamento que fortaleçam tanto a quantidade como a qualidade dos recursos atribuídos as Operações de Paz para favorecer a cooperação estratégica que fomente a disponibilidade orçamentária dos membros plenos para os deslocamentos e as condições operativas no terreno.
  - Que, é fundamental impulsar a contribuição nas Operações de Paz, favorecendo a plena, segura e significativa participação de mulheres em todos os níveis de planificação, tomada de decisões e execução, de acordo com os compromissos internacionais e as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU.
- 6. Que, é importante reconhecer que as capacidades em matérias de linguagem e comunicação de militares, policiais e civis a serem deslocados para as Operações de Paz da ONU, é um desafio que se recomenda ser atendido prioritariamente no âmbito nacional e que no contexto da ALCOPAZ, sejam exploradas soluções práticas no âmbito regional e internacional.
- 7. Que, considerando a recente aprovação da Resolução 2793 do Conselho de Segurança da ONU adotada em 30 de setembro de 2025, que aprova a transição da atual Missão Multinacional de Apoio à Segurança para uma Força de Supressão de Gangues (FSG), com mandato inicial de 12 meses, que prevê a segurança da infraestrutura, o apoio à Policia Nacional do Haiti (PNH) e às Forças Armadas, a proteção de civis, a facilitação da ajuda humanitária e a realização de eleições livres, em conformidade com o direito internacional humanitário e os direitos humanos. A RELACOPAZ continua monitorando este processo em curso.
- 8. Que, a reunião plenária realizada nesta data levou em consideração a revisão e as conclusões da Conferência Ministerial sobre Operações de Manutenção da Paz, realizada em Berlim em maio de 2025, bem como reflexões relevantes sobre o futuro das Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. A vulnerabilidade de crianças, jovens e mulheres em contextos de conflito foi destacada, com reconhecimento especial às valiosas contribuições das mulheres em Operações de Manutenção da Paz. Também foram recebidas informações das Nações Unidas sobre o Sistema de Capacidades e Prontidão para Operações de Manutenção da Paz; o Mecanismo de Coordenação Leve; o Programa de Parceria Triangular e os resultados do estudo preparado pela RELACOPAZ sobre as barreiras linguísticas enfrentadas por militares da América Latina e do Caribe destacados em tais operações. Por fim, foi esplanada a situação de paz e segurança na Colômbia e no Haiti.

A M

3





- 9. Que, a III ALCONU ressalta sua preocupação pelo elevado número de mortos em serviço, em cumprimento de seu dever, nas distintas missões de paz que foram realizadas.
- 10. Que, toda conclusão, declaração, informação e contribuição intelectual desta rede se ajustará às respectivas regulamentações nacionais e resoluções internacionais, em particular as disposições do Conselho de Segurança da ONU. Que, esta declaração não constitui um instrumento vinculante, invocando à soberania e à livre vontade dos países membros para realizar suas atividades no âmbito deste Fórum.
- Agradecemos à República do Paraguai por organizar e realizar a III Conferência ALCONU.
- 12. Agradecemos à República Oriental do Uruguai por assumir a Presidência Pro Tempore da RELACOPAZ para o período 2026-2027.

**Observação:** Cabe ressaltar que, embora o texto inclua o termo "Operações de Manutenção da Paz", alguns países, de acordo com suas regulamentações nacionais, a denominam "Operações de Paz" ou Operações de Manutenção de Paz".

**ROSENDO MARTIN ALSINA** 

Diretor Nacional de Política Internacional para a Defesa

República Argentina

PAULO CÉSAR BITTENCOURT FERREIRA

Almirante de Esquadra - Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

República Federativa do Brasil

MANUEL FRANCISCO GORMAZ LIRA

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de

Chile em Paraguay República de Chile JUAN MANUEL CORZO ROMÁN

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de

Colômbia em Paraguay República da Colômbia





ERWIN ROLANDO GÓMEZ BARRERA

General de Divisão - Chefe do Estado-Maior da

Defesa Nacional

República da Guatemala

RICARDO AUGUSTIN

Conselheiro do Ministério de Defesa Nacional

República do Haiti

JAVIER SANDOVAL DUEÑAS

General de Asa Piloto Aviador de Estado-Maior – Subchefe de Doutrina Militar de Estado Conjunto da

Defesa Nacional Estados Unidos Mexicanos ÓSCAR LUIS GONZÁLEZ CAÑETE

General de Exército (R) - Ministro da Defesa

Nacional República do Paraguai

GUILLERMO AUGUSTO PORTILLO
CARRILLO

Coronel do Exército do Perú (R) - Diretor Assuntos Multilaterais Cooperação Internacional do Ministério de Defesa Nacional República do Perú NADIA ALMEIDA SANGUINET

Diretora Geral Política de Defesa República Oriental do Uruguai